

Os jovens e o mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente

*Carlos Eduardo Ribeiro Santos**

*Magila Souza Santos***

* Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional com pesquisa na área de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb); professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Faculdade Integrada Euclides Fernandes (FIEF).
kadubertani@hotmail.com

** Mestranda em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (FCE-UFBA); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
magilarill@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho consiste em uma exploração dos dados disponibilizados pela PNAD 2008, enfatizando os aspectos relacionados aos jovens e à sua inserção no mercado de trabalho e realçando as características da população jovem, sua participação e relevância nesse mercado. Essa primeira exploração conduziu a duas conclusões: i) a acentuada participação dos jovens no mercado de trabalho informal reflete a incapacidade do sistema educacional na sua formação; ii) as reflexões e provocações do trabalho requerem o estabelecimento de políticas públicas de emprego mais efetivas e mais relacionadas à realidade da juventude.

Palavras-chave: Jovens. Mercado de trabalho. Políticas públicas de emprego.

Abstract

This study comprises an exploration of data available in the PNAD 2008, emphasizing aspects related to youth and insertion in the labor market, highlighting the characteristics of the youth population, their participation and with relevance to this market. The first investigation led us to two conclusions i) the accentuated participation of young people in the job market reflects the inability of educational system in their formation ii) the study's reflections and challenges require the establishment of public employment policies more effective and closer to the reality of youth.

Keywords: Youngs. Job market. Job public policies.

INTRODUÇÃO

Estudar a temática mercado de trabalho requer, inicialmente, a busca do significado de tal campo, de como se dá sua formação e quais fatores interferem em seu funcionamento. Do ponto de vista da teoria econômica, as escolas neoclássica e keynesiana supõem o mercado de trabalho com base em teorias opostas no que tange aos componentes endógenos e exógenos à sua funcionalidade, tal como o sistema de autorregulação, a ação intervencionista do Estado e, também, a existência de fenômenos como o desemprego.

Assim como existe todo um conteúdo teórico para tratar deste tema, há, do ponto de vista empírico, um conjunto de formulações e conceitos que aportam outras visões sobre o funcionamento do mercado de trabalho, como a existência de um mercado formal e outro informal de atuação do trabalhador. São mercados distintos, porém interligados, que denotam falhas na composição do processo produtivo. E na existência destas falhas surgem terminologias que visam delinear o funcionamento do campo laboral e seus reflexos na sociedade (o desemprego, o subemprego, entre outros).

Do ponto de vista histórico-evolutivo, o processo desencadeado a partir dos anos 1930 marca o grande impulso do mercado de trabalho brasileiro. O crescimento econômico até os anos 1970 proporcionou uma evolução positiva do processo trabalhista no país, influenciada pelo setor industrial. Já nos anos 1980, com a crise e a desaceleração econômica, o mercado laboral passa por transformações e é marcado por um processo de deterioração, com elevação de taxas de desemprego, associado a um aumento da informalidade e da precariedade.

Na perspectiva de elevados níveis de produtividade, pressões foram feitas ao mercado. Destaque desse processo é o aumento da produtividade marginal do trabalho, em contraposição à diminuição da oferta de empregos e à ampliação do nível de escolaridade exigido, além de outros atributos, como ser participativo e polivalente, para se estar

qualitativamente apto a qualquer atividade designada frente às mudanças na base tecnológica do sistema produtivo.

Assim, dentre as opções de literatura disponível sobre o mercado de trabalho, vale ressaltar as formas diferenciadas como essas transformações afetam os diferentes segmentos da sociedade. Em geral, são os jovens os mais afetados, seja no elevado índice de desemprego, atribuído à inadequação do sistema educacional, seja na consequente ausência de experiência exigida pelo mercado. A preferência dos empresários por trabalhadores mais velhos e, portanto, mais experientes e mais "responsáveis", resulta numa maior dificuldade por parte dos jovens na obtenção do primeiro emprego.

No contexto atual do mercado de trabalho brasileiro, observa-se, além do processo de desestruturação, a segmentação expressa na diferenciação quanto ao tipo de trabalhador que está no mercado, seja na condição de empregado ou desempregado. Em relação a um desses segmentos, ganha relevância a parcela da população considerada jovem, na faixa etária entre os 15 e 24 anos. É sobre a inserção e participação desta população no mercado de trabalho que este trabalho debruça o seu olhar.

Este estudo tem por objetivo analisar a situação do jovem, com idade entre 15 e 24 anos, no mercado de trabalho brasileiro, buscando avaliar a magnitude e os determinantes do desemprego da juventude brasileira, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, realizada pelo IBGE. Este trabalho consiste em analisar o comportamento dos jovens no mercado de trabalho a partir das grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). Para tanto, é construída uma análise socioeconômica que busca fundamentar e compreender as características da população jovem, sua participação e relevância nesse mercado. Em termos conceituais, o trabalho opera na perspectiva teórica da relação entre os jovens.

Com base nestes dados, além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro

seções. Com objetivo de traçar um breve perfil deste grupo populacional, na segunda seção, são apresentados e discutidos os principais aspectos empíricos e conceituais do mercado de trabalho. Na terceira, são tratados os diferenciais existentes entre as circunstâncias de empregabilidade do jovem e sua relação com educação e trabalho. Na quarta parte, o comportamento dos jovens a partir da análise de aspectos socioeconômicos com relação ao mercado de trabalho. Na quinta, estão as considerações finais.

ASPECTOS EMPÍRICOS E CONCEITUAIS DO MERCADO DE TRABALHO

Do ponto de vista usual, o que realmente vem a ser mercado de trabalho? Segundo Ramos (2007), é o "local" onde os indivíduos transacionam, a determinados preços, o seu principal ativo patrimonial, que é a sua capacidade laboral. Ao mesmo tempo, esse local pode ser também considerado como um espaço de socialização do indivíduo.

O mercado de trabalho tem em sua essência um valor social que o acompanha desde as sociedades humanas menos complexas até o mundo atual. Entre os indígenas brasileiros, por exemplo, o trabalho dos homens na caça e na pesca e o das mulheres na agricultura é emblemático de como o trabalho pode ser distribuído entre os membros da coletividade. [...] O mercado de trabalho, possuindo uma dimensão social além da economia, pode asseverar que as ações relativas ao mercado de trabalho são fundamentais para promover a equidade e o bem-estar de uma sociedade (RAMOS, 2007, p.7).

Sob o ponto de vista empírico, o mercado de trabalho é composto por duas instituições fundamentais: de um lado, o empregador, que disponibiliza as vagas de emprego, e, do outro, os empregados, que ofertam seu potencial produtivo. Os trabalhadores, no entanto, não são definidos, apenas, pela disponibilidade na oferta da mão de

obra, mas, também, por suas características funcionais, que os caracterizam em trabalhadores autônomos, informais ou formais, assalariados, protegidos pelo registro de trabalho, entre outras tantas definições.

Os trabalhadores assalariados formam o grupo daqueles que atuam mediante o pagamento de um salário predeterminado, geralmente por meio de um contrato de trabalho permanente ou temporário. Dessa mesma forma, o trabalhador protegido é o indivíduo que possui, através de um contrato registrado em carteira de trabalho, proteção garantida pelo conjunto de leis trabalhistas.

Na contramão dessas definições, existem os trabalhadores não formais, que são caracterizados, justamente, pela ausência de qualquer vínculo empregatício registrado com empregador. Este grupo de profissionais é acompanhado por uma ampla variedade de serviços e funções desenvolvidas. Segundo Sobrinho (2000), dentre eles, os mais evidentes são aqueles considerados trabalhadores autônomos e trabalhadores informais, "[...] indivíduos que trabalham sozinhos ou com ajuda de familiares, o que os caracteriza como ocupantes de postos de trabalho com vínculos precários e baixos rendimentos e produtividade". O primeiro grupo atua de forma autônoma, podendo trabalhar em alguma empresa, ou não, desde que não haja vínculo empregatício, geralmente prestando serviços terceirizados.

Os tipos de trabalhadores referidos atuam em mercados de disponibilização de mão de obra que são definidos de acordo com o perfil de contratação. Esses segmentos podem ser considerados como mercados organizados ou desorganizados. Sendo o primeiro sustentado pela presença de postos de trabalho homogêneos, gerados por empresas regulares, registradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), oferecendo vagas que possuam a proteção do registro de trabalho e a garantia do assalariamento.

O setor desorganizado, também chamado de não organizado ou mercado informal, caracteriza-se, principalmente, pela inexistência de registro e de

garantias ao trabalhador que nele atua. O segmento é compreendido por formas de ocupações precárias e heterogêneas, destituídas de proteção, e seus integrantes mudam de especificidade de acordo com sua necessidade ou interesse. Consta-se, ainda, a presença de baixa especialização e os menores índices de escolaridade entre seus participantes.

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho no Brasil tem passado por diversas transformações, muitas delas associadas ao sistema econômico e seus movimentos conjunturais, enquanto outras representam o aprofundamento de mudanças estruturais iniciadas por volta da década de 1970.

Dessa maneira, o mercado de trabalho em geral apresenta, hoje, possibilidades menores de ascensão social ou mesmo de trabalho dignificante, se comparado com o período imediato ao pós-guerra (1950-1970). Consoante a isso, Castro e Aquino (2008) colocam que os empregos gerados, em sua maioria, têm duração curta, seguida por uma baixa remuneração, na medida em que a rápida transformação do mundo do trabalho torna, em pouco tempo, determinadas qualificações obsoletas. Isto conflita as perspectivas de muitos jovens na busca de oportunidades.

Numa análise agregada, os indivíduos que estão inseridos na sociedade trabalhista fazem parte da população em idade ativa (PIA) de um país, cidade ou região. Dentro da PIA, os trabalhadores podem estar atuando no mercado e compondo a população economicamente ativa (PEA), ou integrados à população não economicamente ativa (PNEA), que é formada pelos indivíduos que já estão em idade ativa, mas não começaram a atuar ainda, ou desistiram de buscar vagas por não conseguí-las, dedicando-se, exclusivamente, a uma outra atividade, como o estudo ou a execução de serviços domésticos. Os integrantes da PEA, por sua vez, são caracterizados por sua atuação no mercado e, estando ocupados, são considerados empregados; caso contrário, são considerados desocupados ou desempregados, devido à sua atual situação de não trabalho, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1
Composição conceitual do mercado de trabalho

Fonte: Ramos (2007). Elaboração dos autores.

O que torna característico o desemprego é a ausência de vagas para que os sujeitos do mercado possam atuar (situação corroborada pela teoria keynesiana). Quanto à sua mensuração e categorização, o mais importante tipo de desemprego é o aberto, que acontece quando o profissional desocupado não consegue se encaixar em uma vaga, devido à insuficiência de oportunidades, considerando, inclusive, os trabalhadores informais como desempregados. Outra categoria de análise é o desemprego oculto, que integra todos aqueles indivíduos que não conseguem uma vaga no mercado formal e passam a atuar, definitivamente, no mercado informal, sem que haja o registro oficial de sua participação no nível de ocupação. Esse é o ambiente em que se encontra a maioria dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos.

Neste contexto, tecer considerações de um segmento da população com idade entre 15 e 24 anos é dar ênfase a um conjunto de pessoas que pressionam o fluxo econômico na criação de novos postos de trabalho¹ e que, ao mesmo tempo, é alvo de uma série de estratégias voltadas aos anseios por estudo, consumo, lazer, entre outros.

Jovens e o trabalho no Brasil

No Brasil, os últimos anos têm-se caracterizado pela dificuldade na criação de novas vagas e na permanência da oferta de empregos. Em especial quanto ao fator idade, quanto menor ela for, maior será a dificuldade de inserção ou manutenção.

¹ O que conflita com a teoria neoclássica ao afirmar que o desemprego existente em uma sociedade será sempre voluntário, ou seja, representado por aqueles indivíduos que optam por não trabalhar.

Inserir-se no mercado de trabalho, atualmente, não é uma das tarefas mais fáceis, já que não se restringe apenas ao fato de ir ao trabalho e desempenhar determinada atividade, mas envolve, principalmente, a oportunidade de poder conseguir uma colocação. Para os jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, essa tarefa demonstra-se ainda mais árdua, pois, em muitos casos, eles são considerados despreparados, desqualificados e propensos apenas ao desenvolvimento de atividades consideradas de menor especialidade.

São conhecidos de nossa sociedade os obstáculos enfrentados pelo jovem ao buscar seu lugar ao sol no trabalho. Dificuldades na colocação, desorientação, desajuste entre o preparo recebido e as exigências da atividade laboral, falta de transparência do mercado, hesitações e alternativas errôneas por parte da escola, más condições de trabalho, sub-remuneração, excesso de horas de atividade, competição entre a escola e o trabalho. [...] Começar a trabalhar não é uma situação particularmente confortável para os jovens de muitas sociedades, sejam elas consideradas desenvolvidas ou em desenvolvimento. [...] Pesquisas relatam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, destinação dos jovens às piores posições, elevada incidência de desemprego e emprego intermitente, más condições de trabalho, baixo grau de satisfação com as tarefas executadas, baixa remuneração e longa jornada (GOMES, 1990, p. 11, 13).

O trabalhador jovem não encontra facilidades no momento de se inserir no mercado laboral, principalmente, devido à falta de experiência, exigência cada vez maior do ramo empresarial. No entanto, muitos desses jovens passam pelo *trade off* entre estudar e obter o nível de escolarização exigido ou trabalhar para comprovar a experiência.

Para Pochmann (2007), juventude pode ser conceituada como uma forma de vida que se estende por muito mais tempo que a simples etapa

de 15 a 24 anos de idade. E não mais como preparação para vida adulta.

Assim, quanto maior a expectativa de vida do brasileiro, maior deverá ser a faixa etária destinada aos jovens. Significa dizer ainda que esse jovem em transição para a fase adulta requer muito mais atenção do que no passado, exigindo de forma mais complexa uma agenda pública mais específica à sua realidade, possibilidades e conflitos.

Pochmann (2007) coloca que o desemprego existente entre os jovens na idade de 15 a 24 anos demonstrou um aumento maior do que para outras faixas etárias. O autor, baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente ao ano de 2005, ressalta que a taxa de desemprego entre os jovens variou 70,2% entre 1995 e 2005 (de 11,4% para 19,4%). Para o restante da população economicamente ativa, variou 44,2% (de 4,3% para 6,2%).

Com relação à questão de gênero, Pochmann (2007) destaca que a situação de desemprego para as jovens do sexo feminino aumentou de 14,1% para 25% em dez anos (crescimento de 77,4%), sendo que a gravidez precoce está entre uma das causas principais do desemprego. No grupo dos jovens do sexo masculino, a variação foi de 9,7% para 15,3% (um aumento de 57,8%).

Hoje, o Brasil é o quinto país do mundo em número de jovens, considerando dos 15 aos 24 anos, representando um quinto da população total brasileira. O papel do Estado nesta fase da considerada sociedade do conhecimento é fundamental na garantia de políticas de educação, cultura, trabalho e saúde para todos os jovens. Nesse contexto, inovar em suas atuações pode fazer do setor público uma ferramenta importante contra o quadro de vulnerabilidades e debilidades presentes na vida dessa população juvenil, de certa forma reduzindo as diferenças existentes entre os jovens.

O tratamento do tema mercado de trabalho envolve diversas conceituações. Em se tratando da inserção produtiva do jovem, Castro e Aquino (2008) colocam que a situação dos jovens no mundo do

trabalho, além de ser um reflexo da situação da família, faz parte de um contexto de poucas oportunidades. Neste aspecto, leva-se em consideração a dificuldade da maioria dos pais em financiar os estudos e o lazer dos filhos, transferindo, assim, uma necessidade ainda maior de buscar trabalho, seja com seus próprios meios ou com políticas do Estado.

Assim, frente aos anseios "tipicamente juvenis" em um contexto de poucas oportunidades, os jovens fazem do trabalho a solução na composição do orçamento da família, ou mesmo a busca pela emancipação financeira. Para isso, alguns aspectos socioeconômicos se fazem necessários. Esses aspectos serão abordados no próximo tópico.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DE EMPREGABILIDADE DO JOVEM

As circunstâncias de empregabilidade do jovem trabalhador podem ser acompanhadas por características do próprio mercado de trabalho. Os últimos anos têm-se caracterizado pela dificuldade na criação de novas vagas e na permanência da oferta de empregos. Em relação ao fator idade, quanto menor ela for, maior será a dificuldade de inserção ou manutenção.

No Brasil, as profundas transformações pelas quais vem passando a economia mostram-se, em geral, desfavoráveis à evolução do emprego da força de trabalho, atingindo particularmente os jovens. Nesse contexto, os jovens em idade legal de trabalhar tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho em meio ao elevado excedente de mão-de-obra e a perda de oportunidades ocupacionais em empregos regulares (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2005, p. 2).

Quando se discute o jovem em um contexto geral, o quesito mundo do trabalho e a inserção desses

jovens denotam um contexto conhecido no país: o desemprego. Dentre as questões mais prementes, tem destaque o trabalho precoce, que antecede a saída da escola — sem qualquer garantia de que esta saída ocorra após a conclusão do nível básico de ensino — e que tende a dificultar a continuidade dos estudos, comprometendo as oportunidades futuras.

Por mais que haja políticas de estímulo à permanência do jovem na escola, esses programas não alcançam o ensino médio, já que estipulam uma idade limite. E, no caso dos jovens que participam desses programas, o atraso escolar faz com que percam, ao chegar ao ensino médio (em idade mais avançada), o recebimento dos benefícios. Assim, deixam de frequentar a escola para trabalhar e ajudar no sustento da família, ou suprir suas necessidades individuais, por observar um resultado mais rápido nesses trabalhos precários do que se aguardassem melhores posições ao fim do período escolar.

A necessidade dos jovens em ingressar precocemente no mundo do trabalho é uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro, existindo uma clara tendência de arrefecimento desse fenômeno. Isto pode ser demonstrado pela comparação das taxas de participação por idade de coortes diferentes². Segundo Castro e Aquino (2008),

[...] enquanto mais de 28% dos trabalhadores nascidos entre 1970 e 1979 já estavam no mercado de trabalho aos 13 anos, com apenas 14% dos trabalhadores nascidos após 1990 ocorria o mesmo. De modo geral, para as coortes mais recentes, há menor taxa de participação para seus membros mais jovens; isto é, entre os nascidos na década de 1990, a taxa de partici-

² As coortes podem ser definidas como um grupo formado por pessoas que têm alguma característica em comum; no caso em análise, a data de nascimento (por exemplo, a coorte dos nascidos em 1980). A comparação entre coortes permite identificar diferenças entre as sucessivas gerações ao longo do tempo — enquanto outras medidas, como a idade média de entrada no mercado de trabalho, carregam características de gerações diferentes.

pação para idades inferiores a 16 anos é menor que para os nascidos na década de 1980, que por sua vez é menor que a dos nascidos na década de 1970. Ou seja, nas coortes mais recentes, os jovens com idade inferior a 16 anos têm protelado sua entrada no mercado de trabalho, embora ainda exista uma taxa de participação alta para grupos que, legalmente, não deveriam estar no mercado de trabalho (em 2006 a taxa de atividade para pessoas entre 10 e 14 anos³ foi de 10,8%) e para o grupo que, supondo o fluxo escolar regular, deveria estar cursando o ensino médio (para as pessoas de 15 a 17 anos, a taxa de participação foi de 39,3% em 2006) (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 19).

Os principais fatores que afetam negativamente a população jovem, para Campello, Baptista e Menezes (2002), são a dificuldade de inserção social e no mercado de trabalho; a inadequação da educação oferecida diante das exigências do mundo moderno; a falta de motivação para a elaboração de projetos de vida; o abandono da escola; a desigualdade social; os preconceitos em relação ao gênero e à raça; e o crescimento da violência juvenil. O cotidiano do jovem de hoje, em relação aos anos 1970 e 1980, é diferente. Esta população formada pelas crianças de 10, 15 anos atrás, hoje, está inserida num mundo mais difícil e exigente.

Hoje o número de adolescentes e jovens é muito maior que na década passada, os quais se defrontam com uma sociedade que não se preparou para recebê-los, não tendo sido desenhadas políticas apropriadas nas áreas de educação, saúde, trabalho, cultura e lazer (CAMPELLO; BAPTISTA; MENEZES, 2002, p. 28).

Os jovens costumam estar relacionados, diretamente, ao desemprego e, geralmente, estes indivíduos representam o dobro da quantidade de desempregados entre a população adulta. Assim,

³ A Constituição Federal de 1988 proibia qualquer trabalho aos menores de 14 anos, salvo a condição de aprendiz. Este limite de idade foi modificado pela Emenda Constitucional (EC) nº 20 de 1998, elevando a idade mínima para 16 anos e permitindo aprendizes com idade entre 14 e 16 anos.

a situação de alto desemprego entre os jovens compromete seu futuro desempenho socioeconômico, tornando necessária a compreensão do fenômeno da exclusão juvenil do mercado de trabalho, com vistas a viabilizar a integração social e econômica dos jovens (SILVA; KASSOUF, 2002).

Geralmente, para o trabalhador jovem, é difícil a conciliação entre o estudo e o trabalho. Devido a isto, é muito maior a quantidade de trabalhadores juvenis que somente trabalham, levando a uma possível perda de qualificação profissional no futuro. Consoante Silva e Kassouf (2002), o desemprego entre os jovens, além de gerar problemas econômicos e o aumento da violência, da prostituição e do consumo de álcool e drogas, assim como sua vulnerabilidade social, faz parte do contexto do desemprego e da baixa empregabilidade.

A qualificação profissional é fator fundamental quanto à disponibilização de vagas, sendo a quantidade ofertada diretamente proporcional à quantidade de anos estudados. Neste sentido, os jovens que só dispõem do ensino fundamental têm uma exposição maior ao desemprego, enquanto aqueles que possuem o ensino médio e superior apresentam maiores e melhores oportunidades alocativas no mercado de trabalho.

Tal fato revela ainda que, quanto maior a qualificação educacional, mais esse agente busca vantagens pessoais na aquisição de uma vaga. Estes são mais seletivos e tendem a permanecer mais tempo na colocação. Os trabalhadores menos qualificados tendem a aceitar a primeira oportunidade que surge e, muitas vezes, trocam de emprego em busca de melhorias salariais.

Ainda no quesito "busca do emprego", além do fator educação recebida, o acúmulo de experiências profissionais anteriores também conta. O mercado exige, cada vez mais, trabalhadores que já atuaram em atividades semelhantes à ofertada, buscando diminuir o investimento em qualificação. Este aspecto acaba por "barrar" o jovem em busca do seu primeiro emprego. Então, apresenta-se um paradoxo: o mercado, para contratar um profissional,

especialmente o jovem, estabelece a necessidade de uma experiência anterior, e este jovem, quase sempre buscando o primeiro emprego, tende a "nunca" estar apto à obtenção de uma vaga. Desta forma, "nunca" terá experiência, e assim, sucessivamente, por todos os tempos.

O efeito da experiência é bem maior que o efeito da escolaridade em aumentar a probabilidade de o jovem estar empregado. Enquanto o aumento de um ano de experiência aumenta 20% a probabilidade de o jovem encontrar-se empregado, o aumento de um ano de escolaridade aumenta apenas em 1% essa mesma probabilidade. Portanto, tem-se que, para os jovens na faixa etária dos 15 aos 24 anos, o mercado de trabalho valoriza mais a experiência que a escolaridade (SILVA; KASSOUF, 2002, p. 117).

Contraditoriamente, acumular experiência, ou mesmo vícios, no caso do jovem, se estabelece como elementos ora positivos, ora negativos. Mas, no contexto geral, sem resposta. Por outro lado, o jovem tende, sempre, a estar disposto a criar, buscar meios de desenvolver e executar atividades. Talvez este espírito inquieto possa ser a melhor "experiência" que uma empresa poderia utilizar na busca da excelência do trabalhador.

Essa é uma das características do jovem: a disposição para a mudança. Essa inquietação faz com que sua rebeldia esteja a serviço de causas significativas. [...] O jovem tem potencial para transformar, inovar, ousar. Sua criatividade ainda não mora no mundo dos vícios. É o doce sabor da novidade (CHALITA, 2006, p. A3).

Segundo Silva e Kassouf (2002), diversos distúrbios ocasionados entre o público jovem, como a criminalidade, depressão, vícios de álcool e drogas, entre outros, podem estar diretamente relacionados a fatores como a falta de ocupação. O fato de não "atuar", muitas vezes, faz com que o jovem sinta-se incapaz e inútil, acarretando um efeito psicossociológico que pode levá-lo em direção a atividades criminosas e nocivas à sua saúde física e mental.

Além dos problemas gerados pelo desemprego entre os jovens, talvez o mais grave seja que o desemprego e a baixa empregabilidade dos jovens têm contribuído para o aumento da violência, da prostituição, e do consumo de álcool e drogas, assim como sua vulnerabilidade social (SILVA; KASSOUF, 2002, p. 102).

Como um quadro geral da atuação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (2006) caracteriza a situação da seguinte forma:

Apesar da grande presença na força de trabalho, mais de um quarto dos jovens de 16 a 24 anos enfrenta dificuldades para encontrar trabalho. Em geral, o jovem ocupado é do sexo masculino, possui ensino médio completo, tem dificuldades de conciliar trabalho e estudo, desenvolve suas atividades no setor de serviços, cumpre uma extensa jornada de trabalho, [...] é assalariado e tem carteira de trabalho assinada. O rendimento é muito variável, situado entre um e dois salários mínimos. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2006, p. 15).

De forma contrária ao setor formal de trabalho, no qual todas as características socioeconômicas analisadas anteriormente são válidas, mais perceptíveis e diferenciadas, aparece a informalidade como principal ocupação para os jovens de uma menor situação social, na qual as mesmas características passam despercebidas, já que a situação de todos é igualada e nivelada pelo mínimo (menores rendimentos, menores qualificações e menores níveis educacionais). Sua participação em atividades desprotegidas é evidente, principalmente entre os trabalhadores de rua (camelôs, carregadores, baleiros).

Uma outra percepção acerca da atuação dos jovens no campo laboral é a função que exercem na empresa. Geralmente, são destinados às atividades menos especializadas (por mais elevada que seja sua qualificação), nas quais as

responsabilidades são menores, e os salários, também.

As alternativas ocupacionais mais comuns entre os jovens são, grosso modo, bastante precárias, ou seja, trata-se de ocupações que não exigem níveis elevados de qualificação, mas que vêm sendo preenchidas por pessoas com alguma escolaridade formal. Isso acontece em virtude do crescente movimento da escolaridade, sobretudo daquela referente à faixa dos 18 aos 24 anos. O número reduzido de ocupações absorvedoras de trabalhadores jovens faz com que se verifique uma intensificação da concorrência entre essas pessoas, fazendo até mesmo que cresçam formas discriminadoras nesse segmento do mercado de trabalho (MENEZES; CARRERA FERNANDEZ, 2001, p. 73).

Por fim, a participação dos jovens no mercado de trabalho não se refere, apenas, ao fator produtivo ou alocativo de mão de obra. Quando o jovem atua como empregado, ele se insere como cidadão e partícipe da engrenagem funcional de todo um sistema. Essa participação traz, além de uma motivação financeira, latente ao consumidor, também a satisfação de necessidades de natureza social e psicológica. Quando esta participação não é possível, a tendência é que haja uma desestruturação de toda a engrenagem social.

As altas taxas de desemprego enfrentadas pelos jovens trazem conseqüências muito sérias para eles e suas famílias, as quais, muitas vezes, são irreversíveis. Milhões de jovens brasileiros estão cercados por um ambiente desanimador, sem perspectivas de uma boa escolaridade, muito menos de um bom emprego e conseqüentemente de melhora de vida. A perpetuação do ciclo de pobreza, ou seja, a reprodução das condições sociais vigentes, onde os mais pobres têm menos escolaridade, trabalham mais e auferem os menores rendimentos é vista como certa. Os

jovens brasileiros estão sem perspectivas, o que provoca uma série de problemas sociais (SILVA; KASSOUF, 2002, p. 131-132).

Os aspectos relatados acima apontam para a necessidade de efetivação de um conjunto de políticas públicas para os jovens que viabilizem sua participação como cidadãos no processo produtivo. Essa participação começa na preparação educacional para o trabalhador e, por fim, garante, no momento de sua "iniciação", a aquisição da tão procurada vaga de trabalho.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO JOVEM E O MERCADO DE TRABALHO

Entre 2007 e 2008, segundo dados da PNAD, a população em idade ativa (PIA) cresceu 1,7%, totalizando 160,6 milhões de pessoas. No mesmo período, a população economicamente ativa na semana de referência (PEA), estimada em 99,5 milhões de pessoas, também cresceu 1,7%, o que fez a taxa de atividade se manter estável de um ano para o outro, em 62,0%. Já o contingente de pessoas ocupadas (92,4 milhões) cresceu 2,8% entre 2007 e 2008. Assim, o nível de ocupação em 2008 foi de 57,5%, contra 57,0%, em 2007, sendo de 68,6% entre os homens e de 47,2% entre as mulheres.

A participação das pessoas de 10 a 14 anos de idade no total da população ocupada reduziu-se de 1,8%, em 2007, para 1,4%, em 2008. Movimento semelhante ocorreu no grupo de 15 a 19 anos, cuja participação caiu de 7,5% para 7,1%, nesse período.

O nível de escolaridade está entre os principais indicadores do mercado de trabalho. Para os jovens, é uma das principais exigências no momento da contratação. Assim, a partir da PNAD (2008), abrangendo o nível de estudo nas grandes regiões do país, é possível perceber que, dentre os ocupados, 7,8 milhões de pessoas (8,4%) não tinham instrução ou tinham menos de 1 ano de estudo; 8,6 milhões de pessoas (9,3%) tinham de 1 a 3 anos de estudo; 21,8 milhões de pessoas (23,6%) tinham de

4 a 7 anos de estudo; e 16,0 milhões de pessoas (17,3%) tinham de 8 a 10 anos de estudo.

A relação entre escolaridade e mercado de trabalho revela que, quanto mais anos de estudo, mais possibilidades os jovens têm de auferir trabalho. Regionalmente, o Nordeste apresentou a maior redução no grupo de 1 a 3 anos de estudo (-12,9%), seguido pelas regiões Sul (-11,6%), Centro-Oeste (-9,7%) e Sudeste (-2,2%). Comportamento diverso, contudo, ocorreu na Região Norte, onde houve crescimento de 4,4% do contingente de pessoas nesse grupo.

Sem perspectiva de emprego, a juventude brasileira vem prolongando sua vida escolar, porém nem sempre em cursos de qualidade, avalia Pochmann (2007), ressaltando que o diploma universitário não garante mais emprego, como ocorria nas décadas passadas. Porém, aos que não têm acesso à escola, a criminalidade e o consumo de drogas são as alternativas geralmente utilizadas para ocupar o tempo.

Em geral, a preocupação com os jovens e suas atividades desenvolvidas, nos últimos anos, tornou-se um problema para o governo e para sociedade. As expectativas e as frustrações fazem parte da vida de muitos jovens que nem sequer conseguem trabalhos equivalentes aos de seus pais. Este fato é agravado com aumento da violência e a ampliação da pobreza, considerando que as famílias formadas por jovens estão mais sujeitas a não obter renda suficiente para sua subsistência.

Com relação à educação, ao se analisar a taxa de frequência escolar na faixa dos 7 aos 14 anos de idade, período correspondente ao ensino fundamental, é perceptível a universalização em praticamente todo ensino fundamental, em todos os níveis de rendimento. Dessa forma, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008) na Síntese de Indicadores Sociais, o grande desafio persistente é melhorar a qualidade da educação, reduzir o atraso escolar e incentivar as crianças a continuarem na escola até sua formação.

Quanto aos adolescentes de 15 a 17 anos, observa-se um aumento da frequência à escola em todas as faixas de rendimento familiar. No entanto, assim

como na primeira infância e na juventude, existem desigualdades nas taxas relacionadas aos níveis de rendimento das famílias. Nas famílias do primeiro quinto de rendimento (os 20% mais pobres), a frequência escolar desses adolescentes passou de 64,4% para 78,4%. Nas famílias do último quinto, as 20% mais ricas, era de 92,4% e passou para 93,7%. Assim, na Tabela 1, percebe-se uma forte desigualdade entre as grandes regiões.

Tabela 1
Taxa de frequência escolar dos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e quintos de rendimento mensal familiar per capita, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Taxa de frequência escolar dos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e quintos de rendimento mensal familiar per capita (%) 15 a 17 anos				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	78,4	80,6	85,3	89,0	93,7
Norte	76,6	78,3	83,8	81,8	92,8
Nordeste	78,3	81,4	81,1	85,5	92,8
Sudeste	79,1	83,9	88,9	92,4	96,1
Sul	74,5	82,0	83,1	88,3	90,6
Centro-oeste	76,7	82,1	84,2	86,1	91,3

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.

Na faixa etária entre 18 e 24 anos, percebe-se uma variação maior em valores menores. Nas famílias do primeiro quinto de rendimento (os 20% mais pobres), a frequência escolar desses jovens era de 24,3%. Nas famílias do último quinto, as 20% mais ricas, era de 49,7%. Esses dados são verificados na Tabela 2. A partir dela, percebe-se uma forte desigualdade entre as grandes regiões, com destaque para a Região Norte, onde, no último quinto, as 20% mais ricas, a frequência é de 43,4%, a menor entre as outras regiões.

Com relação à segunda metade da presente década, de acordo com dados do IBGE (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2008), a redução do nível de pobreza nas famílias com crianças e adolescentes mostrou-se evidente, embora tais famílias continuem a ser mais pobres que a média das famílias brasileiras. A porcentagem

de famílias com crianças de 0 a 14 anos que viviam com até meio salário mínimo per capita passou de 45,0% para 37,7%, entre 1998 e 2008 (Tabela 3).

Tabela 2
Taxa de frequência escolar dos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e quintos de rendimento mensal familiar per capita, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Taxa de frequência escolar dos adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e quintos de rendimento mensal familiar per capita (%) 18 a 24 anos				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	24,3	23,7	25,5	28,9	49,7
Norte	29,2	28,8	27,9	33,6	43,4
Nordeste	24,2	27,3	27,1	29,3	44,4
Sudeste	18,5	21,7	23,4	30,0	52,9
Sul	17,8	21,3	25,0	32,7	54,2
Centro-oeste	21,8	21,1	28,3	31,4	53,7

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.

Tabela 3
Famílias com crianças de zero a 14 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal familiar per capita, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade						
	Total (1.000 famílias) (1)	Até meio	Mais de meio a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil	28.480	37,7	29,0	17,9	4,9	3,4	2,0
Norte	2.594	45,9	29,1	12,8	3,1	2,5	1,0
Nordeste	8.523	60,1	22,6	7,9	2,0	1,6	0,9
Sudeste	11.111	25,5	32,2	23,2	6,5	4,3	2,5
Sul	4.117	22,9	31,8	27,5	7,3	4,6	2,6
Centro-oeste	2.135	29,8	32,6	18,9	5,7	4,4	3,7

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.

Nota: Famílias com pelo menos uma criança dentro do grupo de idade destacado.
(1) Inclusive as famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento.

Além disso, a tabela acima mostra que, dentre as regiões analisadas, o Nordeste aparece com um percentual elevado (60,1%) do total de famílias que sobrevivem com até meio salário mínimo, seguido pela Região Norte (45,9%). Isso mostra a situação

de vida dessas famílias, com condições mínimas de sobrevivência, evidenciando, assim, a maior possibilidade de que seus membros abandonem a escola pelo trabalho, sujeitando-se a atuar em ocupações precárias e informais.

No entanto, quando se trata de crianças de 0 a 14 anos, a elaboração de indicadores sociais está relacionada à "prioridade absoluta" na garantia de direitos, reafirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Mas a realidade não garantirá que essas crianças cresçam com as necessidades básicas supridas, sem que, no futuro, tenham que ajudar na complementação da renda familiar.

A sociedade, no que tange ao trabalho de jovens, procura, voluntária ou involuntariamente, demonstrar que este grupo está preparado, apenas, para executar atividades de caráter secundário. Isso causa uma segmentação de mercado na qual existem serviços específicos para os jovens e para aqueles considerados mais capazes (os adultos).

Conforme Gomes (1990), a concentração, não apenas dos jovens, mas também de mulheres, negros e outros membros de minorias étnicas no desemprego é tão grande que chega a fundamentar bases para a segmentação dos ramos trabalhistas. Muitos desses empregos, segmentados, revelam visões preconceituosas, racistas e/ou excludentes, como a destinação inicial do jovem, numa grande empresa, geralmente ao setor de serviços gerais, a exemplo da entrega de correspondências, reprodução de documentos, serviços de office boy, ou, no caso das mulheres, os serviços domésticos.

Inseridos de forma precoce no "mercado de trabalho", estes jovens realizam uma variada gama de atividades, tornando-se "mão-de-obra desqualificada e barata", seja no setor primário da economia (corte de cana, sisal, extração de carvão, colheitas...), no secundário (aprendizes na indústria em geral), no terciário (boys, babás, guardasmirim, patrulheirismo, empregadas domésticas, contínuos...), na chamada "economia informal" (trabalho de rua, camelô,

baleiro...), em atividades domésticas (nas quais predominam as meninas) e até mesmo em ramos ilegais como tráfico de drogas e prostituição (CRUZ NETO; MOREIRA, 1998, p. 2).

É importante verificar que a situação de precariedade pode variar de acordo com o nível social. As oportunidades mais especializadas e com melhores pagamentos são, na maioria das vezes, preenchidas por jovens de classe econômica mais abastada e indicados com base no conhecimento social. Já o trabalhador que pertence a uma família cujos pais exercem atividades menos qualificadas e com rendimentos menores tende a exercer, também, os mesmos serviços.

Em outros termos, pode-se inferir que o perfil social do jovem condiciona a escolha da ocupação, determinando esse fato como necessidade. Os jovens ricos, que pertencem a um grupo com maiores possibilidades sociais e educacionais, tendem a ser mais exigentes na busca da vaga e, por possuírem uma qualificação mais elevada, costumam ser seletivos em sua escolha. Em contrapartida, aqueles pertencentes a uma estratificação social menor (os jovens pobres) tendem a aceitar a primeira ocupação disponível (independentemente do serviço e dos pagamentos oferecidos).

Na Tabela 4, é possível perceber a maior facilidade e acesso ao trabalho daqueles jovens

que pertencem a grupos com maior rendimento familiar, o que possibilita, inclusive, uma melhor qualificação profissional. A renda familiar contribui também de forma positiva na hora de se conseguir uma ocupação, seja de forma direta ou indireta. Maiores rendas dos pais permitem uma melhor qualificação educacional dos filhos, incrementando ainda a possibilidade futura de estabelecimento de um negócio próprio por parte do jovem.

Além de tais características, é evidente a maior facilidade e acesso ao trabalho daqueles jovens que pertencem a grupos com maior rendimento familiar, o que possibilita, inclusive, uma melhor qualificação profissional. A renda familiar contribui também de forma positiva na hora de se conseguir uma ocupação, seja de forma direta ou indireta. Maiores rendas possibilitam uma melhor qualificação educacional dos pais aos filhos, incrementando ainda a possibilidade futura de estabelecimento de um negócio próprio por parte do jovem.

Quando o assunto é atividade desenvolvida por adolescentes entre 16 e 17 anos, é possível perceber que 56,5% só se dedicam a estudo, porém 24,3% desses adolescentes trabalham e estudam. Nessa faixa etária, o adolescente pode trabalhar na condição de jovem aprendiz, mas o tipo de

Tabela 4
Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade					
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida de afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil	20.977	87,8	8,8	0,8	1,3	1,4
Norte	2.044	85,9	9,9	1,0	1,9	1,3
Nordeste	6.564	83,5	12,6	0,9	1,5	1,4
Sudeste	7.878	91,8	5,2	0,6	1,1	1,3
Sul	2.933	87,3	9,3	0,9	1,2	1,4
Centro-oeste	1.559	88,3	8,2	0,7	1,5	1,3

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.
Nota: Famílias com pelo menos uma criança dentro do grupo de idade destacado.
(1) Inclusive as famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento.

trabalho precisa ser especificado para uma avaliação mais minuciosa, sendo que 9,2% representam adolescentes que apenas trabalham, período em que, teoricamente, estariam finalizando os estudos do ensino médio.

na Tabela 6, o percentual dos que só trabalham é de 32,8%. Os que trabalham e estudam compõem cerca de 20,5% dos jovens. Muitos deles se dividem entre o estudo e o trabalho, sendo que 25,5% têm como atividade exclusiva o estudo, considerando

Tabela 5
Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade, por grupos de idade					
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida de afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil	6.875	56,5	24,3	9,2	6,6	3,4
Norte	658	56,6	21,9	10,0	9,0	2,5
Nordeste	2.086	55,4	23,6	9,9	7,4	3,8
Sudeste	2.689	60,8	23,2	7,4	5,2	3,5
Sul	935	48,9	29,4	12,5	6,4	2,8
Centro-oeste	507	52,1	27,0	9,5	8,1	3,3

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.
Nota: Famílias com pelo menos uma criança dentro do grupo de idade destacado.
(1) Inclusive as famílias sem rendimento e sem declaração de rendimento.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE investiga, entre outras variáveis, se a pessoa está frequentando escola, se está ocupada no mercado de trabalho, se está procurando trabalho e, ainda, se está realizando afazeres domésticos. Por meio destas informações, é possível elaborar uma combinação de situações que permitem verificar o perfil das atividades dos jovens. Entre os jovens entre 18 e 19 anos, demonstrado

que nessa faixa etária estudar torna-se privilégio de uma parcela menor. No grupo de 20 a 24 anos, apenas 6,9%.

No período analisado, houve um pequeno aumento da proporção dos jovens de 20 a 24 anos que estavam no mercado de trabalho (de 64,8% para 68,5%). Reduziu-se a proporção de jovens que se dedicavam apenas a afazeres domésticos (de 20,9% para 17,1%), evidenciado na Tabela 7.

Tabela 6
Jovens de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e condição de atividade na semana de referência, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Jovens de 18 a 24 anos de idade, por grupos de idade					
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida de afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil	6.681	25,5	20,5	32,8	15,3	5,9
Norte	574	29,9	21,2	25,9	16,9	6,2
Nordeste	2.029	29,8	20,8	27,7	15,9	5,8
Sudeste	2.703	23,8	19,1	35,3	15,2	6,7
Sul	897	19,0	22,4	40,9	13,7	4,0
Centro-oeste	477	24,4	22,7	33,6	14,9	4,5

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.

No entanto, 7,7% dos jovens não realizam nenhuma atividade. O abandono dos estudos para se dedicar ao trabalho nem sempre se traduz em um retorno financeiro garantido.

a entrar mais cedo no mercado e, geralmente, sua atuação é mais "pesada" e de maior esforço físico, enquanto as mulheres tendem a se ocupar em empregos domésticos. Além disso, uma

Tabela 7
Jovens de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e condição de atividade na semana de referência, segundo as grandes regiões – 2008

Grandes regiões	Jovens de 18 a 24 anos de idade, por grupos de idade					
	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por condição de atividade na semana de referência (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Cuida de afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil	8.355	6,9	15,2	64,7	5,5	7,7
Norte	729	7,2	17,2	62,8	5,3	7,5
Nordeste	2.545	7,0	13,7	62,8	6,8	9,6
Sudeste	3.344	6,9	15,2	65,5	5,0	7,4
Sul	1.131	6,2	16,7	67,5	4,5	5,0
Centro-oeste	606	6,9	16,8	65,2	4,5	6,6

Fonte: IBGE-PNAD 2008. Elaboração dos autores.

Este fator relaciona, ainda, a menor disposição do jovem em trabalhar, já que não precisa de um adendo salarial para a família, podendo dedicar-se apenas ao estudo. Couto (2003) corrobora essa opinião, pois analisa que a renda do trabalhador jovem vem a ter uma grande importância no complemento da renda familiar, quando esta possui fluxos de renda abaixo da média.

Em sua relativa desvantagem no mercado de trabalho, o jovem enfrenta uma iniciação mais ou menos dolorosa conforme sua posição social. Com base numa classificação precária, podemos diferenciar os filhos de pais que exercem ocupações manuais dos que têm ocupações não manuais. Os primeiros, ao contrário dos últimos, ingressam mais tarde na escola, têm maior número de reprovações e interrupções de estudos, saem mais cedo da escola e começam a trabalhar prematuramente. Eles tendem a ficar com o trabalho mais penoso, menos exigente de treinamento formal e pior remunerado (GOMES, 1990, p. 15).

Especificamente, os jovens de baixa renda, no processo inicial de atuação produtiva, tendem

das principais conclusões neste aspecto é que o jovem com este perfil socioeconômico costuma abandonar a escola para trabalhar, ou conciliar um binômio escola-trabalho que, muitas vezes, só prejudica as duas atividades. Este ingresso é feito muito cedo, com baixo grau de escolaridade e virá a interferir e refletir sobre sua vida profissional futura.

No Brasil, de acordo com Gomes (1990), os trabalhadores juvenis começam a trabalhar mais cedo, principalmente devido à busca por uma melhor condição de vida e por uma elevação na renda familiar. Assim, os primeiros jovens a ingressar no mercado laboral são aqueles pertencentes às famílias de baixo *status* socioeconômico.

Para o empregador, a contratação de jovens é duplamente vantajosa. A primeira vantagem refere-se aos níveis de pagamento, com salários, geralmente, menores. A segunda diz respeito à facilidade quanto ao corte de gastos no processo demissional, pois, pelo fato de o trabalhador ser novo na empresa, os custos rescisórios serão menores. Confirmando esse quadro, outra situação observada no processo de contratação do jovem é o estágio. Trata-se de um sistema em que o empregador

não possui responsabilidades empregatícias (comuns a um empregado registrado em carteira) com o estagiário, possibilitando, assim, uma flexibilização maior no momento da dispensa.

A manutenção desta situação revela, de um lado, a ausência de políticas dirigidas à organização e proteção de um mercado mais qualificado para o público jovem e, de outro, uma condição bastante confortável para o empresário, já que os gastos com esse trabalhador são pequenos, não implicando, necessariamente, registro em carteira e ocasionando um aumento da lucratividade.

No caso do Brasil, a multa por rescisão contratual estabelece cálculos com base no tempo de serviço. Por conta disso, o custo de oportunidade para a demissão de um trabalhador jovem é menor do que o custo de demissão de um trabalhador adulto (CAMARANO, apud COUTO, 2004, p. 19).

No que se refere ao nível de escolaridade do jovem, ao procurar uma colocação, Gomes (1990) analisa que a quantidade de anos dedicada ao estudo, ou até mesmo a qualidade desse estudo, não colabora crucialmente no desenvolvimento de atividades profissionais. A capacidade alocativa do desenvolvimento de uma atividade decorre mais do conhecimento adquirido no dia a dia do trabalho que do simples acúmulo de conhecimento prévio.

Segundo Cruz Neto e Moreira (1998), a atuação do jovem entre os 14 e 18 anos deve ser feita de forma triangular (jovem, educação, empresa). O estágio deverá ser feito em locais que proporcionem uma experiência prática na formação do jovem, através das atividades desenvolvidas, e terá de ser estabelecido por um termo de compromisso celebrado entre o estudante, a instituição de ensino e a empresa.

Já a característica profissional predominante do jovem aprendiz (15 anos de idade) é que ele "aprende trabalhando". Sua atividade laboral deve ser diretamente ligada ao curso, geralmente técnico, que ele frequenta. Suas práticas devem ser voltadas ao conhecimento teórico-prático de

seu ofício, servindo o labor, apenas, como uma pré-qualificação.

Na contramão da obtenção de uma vaga no mercado, o desemprego se mostra presente no cotidiano do jovem, que constitui um dos grupos sociais mais vulneráveis a esta situação. A idade é, de certa forma, um fator que determina a discriminação e a inclusão dos membros dos grupos vulneráveis à dificuldade de inserção ou recolocação profissional.

Atualmente o desemprego constitui-se uma das maiores preocupações da sociedade moderna, apresentando-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, uma vez que atinge aos diversos segmentos da população de modo bastante diferenciado. No entanto, inúmeras pesquisas têm mostrado que determinados grupos de pessoas encontram maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, em virtude de possuírem certas características consideradas como fatores "negativos", [...] tal como a idade. Verifica-se que há um problema de distribuição desigual dos riscos de mercado de trabalho impostos a esta parte da população (COUTO, 2004, p. 18).

Segundo Clemente (2004), muitos jovens não encontram emprego porque as empresas exigem experiência anterior e preferem não investir em formação interna, com medo de desperdiçar recursos, considerando a elevada rotatividade do jovem no emprego.

É importante salientar que, no que tange à dificuldade do jovem em conseguir uma vaga, essa circunstância se agrava ainda mais em relação ao primeiro emprego, devido à falta de experiência e qualificação, atributos exigidos pelo mercado e, muitas vezes, inexistentes ainda nos jovens em início de carreira. O que realmente faz referência ao comportamento do jovem em relação ao trabalho é o fato de que, atualmente, esses trabalhadores tendem a procurar uma ocupação que equilibre liberdade individual e autonomia financeira e profissional. Essa atitude é comum para qualquer indivíduo, em qualquer idade, mas apresenta muito mais dificuldade para o jovem trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise mais aprofundada do que vem a ser o mercado de trabalho, é determinante o abandono da ideia de que se trata, apenas, das relações existentes entre o empregador (patrão) e o trabalhador (empregado). A visão deixa de ser estática para se transformar numa observação de diversos fatores que influenciam essa relação, a princípio de forma bilateral e que se transforma num conjunto de variáveis que passam a determinar a funcionalidade e a realidade das relações trabalhistas.

Ao se tratar de jovens, quando se levam em consideração os desníveis de escolaridade e acesso a condições básicas de necessidades humanas, percebe-se o quão diferente pode parecer uma discussão sobre realidades, dificuldades e possibilidades no contexto recente em relação ao mercado de trabalho.

De acordo com essa heterogeneidade, é interessante perceber a evolução do quadro demográfico e a caracterização do jovem, no contexto da necessidade de uma nova visão quanto ao investimento e planejamento de políticas públicas voltadas a este grupo, buscando melhores condições educacionais e sociais que permitam as mesmas oportunidades para toda esta população.

Tendo em vista que são vários os fatores que influenciam a posição no mercado de trabalho, os jovens deveriam contar com uma rede de políticas integradas e, ao mesmo tempo, específicas, adequadas à sua realidade, buscando possibilidades de conseguir um emprego que lhes garanta a sobrevivência e condições dignas de trabalho.

O acesso à educação é colocado como um dos requisitos básicos nas ações públicas, com programas que garantam a formação dos jovens em idade escolar, complementados por programas de acompanhamento de estágio ou políticas públicas de incentivo à mão de obra juvenil. Sem esse tipo de política pública, possivelmente o jovem será pressionado a entrar no mercado

de trabalho e abandonar a escola como forma de sobrevivência.

Nesse contexto, Rezende e Tafner (2006) esclarecem que, para um conjunto de medidas pró-emprego apresentar resultados, deve-se seguir um padrão. É preciso alcançar fatores condicionais que, junto ao contexto das medidas pretendidas, virão a possibilitar o sucesso desejado. Tais fatores são: a) políticas macroeconômicas que interfiram, positivamente, no equilíbrio do volume global de ocupação; b) um equilíbrio entre a inovação tecnológica, a produção e o nível de empregabilidade, para que o paradigma técnico-produtivo não tenha influência negativa no mercado; c) a manutenção do bem-estar social do trabalhador em conjunto com o desenvolvimento socioeconômico; d) a existência de um sistema geral de regulação das relações de trabalho; e) por fim, após a garantia de todos os fatores anteriores, a criação de políticas de emprego que venham determinar e solucionar os desajustes que não tenham sido regulados pelas medidas antecessoras.

Assim, para que tais iniciativas alcancem êxito, existe a necessidade de coerência entre a própria política e seus objetivos, além do equilíbrio entre suas metas e o contexto socioeconômico para o qual se destina. Para tanto, novas formas de inserção no trabalho para jovens devem ser criadas, vagas protegidas e estáveis, além da alteração nos requisitos necessários ao acesso a tais posições produtivas, pelos quais, para os jovens principalmente, são exigidas uma escolaridade maior, uma melhor qualificação e experiências anteriores, o que passa a dificultar sua presença no mercado.

Dessa maneira, a função deste texto é esboçar um diagnóstico sobre a temática proposta, pois, dada a complexidade e a variedade de questões envolvidas, haveria a necessidade de uma análise empírica mais profunda, que leve em consideração não o esgotamento das possibilidades, mas, principalmente, a busca de novos debates e discussões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Manual da aprendizagem: o que é preciso para contratar o jovem aprendiz*. Brasília: MTE/SIT/SPPE, 2006.

CAMPELLO, Cristina Maria Teixeira; BAPTISTA, Creomar; MENEZES, Antonio Wilson Ferreira. *Construção de uma política social para os jovens de Salvador: estratégia de combate à violência e pela inclusão social*. Salvador: SEPLANTEC/SPE, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1335). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf> Acesso em: 20 maio 2008.

CHALITA, Gabriel. A juventude precisa de espaço e oportunidade. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 ago. 2006. Opinião, p. A3.

CLEMENTE, Walter. Caminhando contra o Vento. *Revista Desafios*, São Paulo, ago. 2004.

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda*. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, 1039).

COUTO, Ana Cristina Lima. *Grupos vulneráveis do mercado de trabalho: o caso dos jovens*. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 116, p. 18-21, jan. 2004.

_____. *O jovem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador*. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador, n. 110, p. 33-38, jul. 2003.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. Trabalho infante-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, abr./jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000200029&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 jan. 2007.

DATHEIN, Ricardo. *Um esboço da Teoria Keynesiana*. (2000). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/decon/publiconline/textosprofessores/ricardo/teoriakeynesiana.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Jovens no Mercado de Trabalho*. In: A SITUAÇÃO do trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano. *DIEESE: Estudos e Pesquisas*, v. 2, n. 11, set. 2005.

_____. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. *DIEESE: Estudos e Pesquisas*, v. 3, n. 24, set. 2006.

EHRENBERG, Ronaldo G.; SMITH, Robert S. *A moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. São Paulo-SP: Makron Books, 2000.

FERNANDES, Cláudia Monteiro; MENDONÇA, Leticia Koeppel. *O trabalho da criança e do adolescente na Região Metropolitana de Salvador*. 2001. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped_estudos_especiais/pdf/trabalho_crianca_adolescente_rms.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2006.

GIMENEZ, Denis Maracci. *Políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho: uma reflexão sobre as políticas públicas e a experiência brasileira recente*. (2001). Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/7nac/10denis.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2007.

GOMES, Cândido Alberto. *O jovem e o desafio do trabalho*. São Paulo: EPU, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais - 2008: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2008. 281 p. il. (Estudos & pesquisas - informação demográfica e socioeconômica, 23).

MENEZES, Wilson F.; CARRERA-FERNANDEZ, José. O estado atual do mercado de trabalho juvenil da cidade do Salvador. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 11, n. 1, p. 69-81, julho/2001.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR (PNAD) 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR (PNAD) 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR- (PED-RMS). Salvador, mar. 2007.

POCHMANN, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Trabalho Informal, Desemprego Disfarçado? *Revista Rumos: economia em desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 168, p. 16-19, jan. 2000a.

_____. A divisão do trabalho no mundo e o emprego no Brasil. *Revista Ciência Hoje*. v. 28, n. 165, p. 66-69, out. 2000b.

OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO NAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS:
REALIDADE, DIFICULDADES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO RECENTE

RAMOS, Lauro. *O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões especiais*. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão, 1255).

REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo. *Brasil: o Estado de uma Nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SILVA, Dariza Gomes de Souza e. *O trabalho infanto-juvenil no Brasil: um problema social*. Feira de Santana, 2002.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. *A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro*. (2002). Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_7artigo_p99a116.pdf >. Acesso em: 20 maio 2010.

SOBRINHO, Edson A. S. Mudanças no mercado de trabalho da RMS. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva 2000 e perspectivas*, Salvador, v. 10, n. 3, p. 115-121, dez. 2000.

Artigo recebido em 14 de junho de 2010
e aprovado em 4 de agosto de 2010.